CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DO PARQUE MUNICIPAL DA CIDADE DOM NIVALDO MONTE, NATAL/RN

Clébia Bezerra da Silva[1]
Samia Nascimento Sulaiman[2]

Resumo: A educação ambiental (EA) é um dos caminhos para enfrentar as problemáticas ambientais. Ela pode ser conservadora emancipatória. Assim, o problema de pesquisa é saber qual concepção pedagógica é dada à educação ambiental, desenvolvida pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte. O objetivo do trabalho é analisar a abordagem pedagógica dada à educação ambiental pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em suas ações. Para isso, foi feita uma pesquisa descritiva e exploratória com os servidores do parque, com aplicação de 17 questionários, sendo feita análise de conteúdo e estatística descritiva. Os resultados mostraram que a corrente conservadora se sobressai. Conclui-se que já há uma transição para a EA crítica.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Parque Urbano; Teorias pedagógicas.

Abstract: Environmental education (EE) is one of the ways to face environmental problems. She can be an emancipatory conservative. Thus, the research problem is to know which pedagogical concept is given to environmental education, developed by Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte? The objective of this work is to analyze the pedagogical approach given to environmental education by Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte in its actions. For this, descriptive and exploratory research was carried out with the park's servers, with the application of 17 questionnaires, with content analysis, and with descriptive statistics. The results showed that the conservative current stands out. It is concluded that there is already a transition to critical EE.

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: clebiabsilva@yahoo.com.br.
Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1589690303757146

[2] Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: samia.sulaiman@gmail.com.
Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/9850909737590184

Keywords: Environmental Education; Urban Park; Pedagogical theories.

Introdução

O ano de 2020 foi o mais quente já registrado, em todo o mundo, em função das **mudanças climáticas**. Um milhão de espécies encontram-se em extinção, a intensidade de uso dos recursos naturais é maior do que sua capacidade de regeneração; deste modo, são necessários três planetas Terra para dar conta das necessidades dos seres humanos já em 2050, pois o modo de vida dos seres humanos é insustentável (Organización de las Naciones Unidas para la Educación [UNESCO], 2022). Segundo o Relatório de Riscos Globais 2022, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, estimam-se para os próximos cinco anos os riscos sociais e ambientais como os mais impactantes para o planeta. No entanto, num horizonte de 10 anos, são os riscos ambientais as ameaças críticas de longo prazo para o planeta e para as pessoas em função das falhas contra as mudanças climáticas, clima extremo e perda da biodiversidade (World Economic Forum, 2022).

Coloca-se, assim, o grande desafio da mudança cultural para a mobilização ante as mudanças climáticas, que passa por entendermos as conexões existentes entre nossas ações e opções cotidianas de consumo, locomoção, produção de resíduos, por exemplo, e a emissão de gases de efeito estufa e o consequente aumento da temperatura da Terra (Jacobi et al., 2011). Nesse contexto, destacam-se os **processos educativos, que são multifacetados,** complexos e fundamentais para que os cidadãos usufruam do conjunto de serviços e direitos disponíveis na sociedade (Gadotti, 2005; Libâneo, 1992) e devem atender a todos indistintamente. Sendo assim, a temática ambiental ganha destaque nesses processos, visto que ela é complexa e interdisciplinar. Uma das vertentes da educação, a **educação ambiental** (EA), ganhou destaque com as discussões que se iniciaram no começo da década de 70 do século XX sobre as problemáticas ambientais contemporâneas, permeadas pela crise de civilização, pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, logocentrismo da ciência moderna e pela supereconomização do mundo orientado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (Leff, 2011).

Como um dos marcos desse contexto, ressalta-se a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em 1977, em Tbilisi, organizada pela Unesco. Nesse encontro, a EA foi **definida como a educação que propicia ao indivíduo** "compreender os principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva visando à melhoria da vida e à proteção do meio ambiente, atendo-se aos valores éticos. Essa mesma declaração diz que a EA deve ocorrer na modalidade **formal e não formal de ensino e deve ser ao longo da vida para todos** (Unesco; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA], 1977). O que foi reafirmado mais recentemente no relatório de 2022 da Unesco a respeito de como os temas sobre meio ambiente estão integrados com a educação

(UNESCO, 2022). A Unesco também sinalizou que a EA não fosse uma disciplina específica nos currículos escolares, devido à sua complexidade e interdisciplinaridade.

A EA é desenvolvida com base em diferentes discursos, formas de abordagem e práticas e pode ser agrupada em duas grandes correntes, a saber: a) **tradicional, conservadora ou comportamentalista** e b) **transformadora, crítica ou emancipatória** (González-Gaudiano; Lorenzetti, 2009; Loureiro, 2006, 2008; Sauvé, 2005). Essas concepções respondem a diferentes formas de se entender meio ambiente, desenvolvimento (Sauvé, 2005, 2017), bem como as finalidades sociais da educação, a compreensão de mundo e da sociedade (Loureiro, 2006).

No Brasil, a EA era abordada antes do tratado de Tbilisi, com outras denominações (educação conservacionista, sanitária, ecológica, florestal, entre outras) com enfoque na dimensão ecológica da natureza, comportamentalista e tecnicista (Loureiro, 2008; Pedrini, 2010). Pode-se destacar, por exemplo, no Código Florestal de 1964, os parques nacionais como locais para práticas de educação pública (florestal) (Pedrini, 2010).

Após a redemocratização do país, entre as leis que tratam sobre a EA, destacam-se a Constituição Federal de 1988, em cujo Art. 225, parágrafo primeiro, inciso VI, afirma “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988, p. 131).

A Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) (Lei nº 9.795/1998) vem 10 anos depois e discorre que a EA não deveria tratar apenas do ambiente físico, mas englobar os aspectos sociais, culturais, econômicos, dentre outros, e que se deveria começar a entender o meio ambiente pelo entorno imediato das pessoas, para depois partir para escalas espaciais maiores (Brasil, 1998). Essa orientação, para além das instituições de ensino, espaço formal de educação, coube às Unidades de Conservação, a partir da criação do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (Snuc) (Lei 9.985/2000), que atribuiu às UCs o papel de proteger e conservar os recursos naturais e ter a EA como um de seus objetivos: como visto no Art. 4º, inciso XII, “favorecer condições e promover a educação e **interpretação** ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Brasil, 2000, p. 5). Essa perspectiva foi reforçada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), criado em 2001, que, entre suas linhas de ação e estratégias, consta a de estimular a inserção da EA nas etapas de planejamento e execução de ações relacionadas à gestão dos recursos naturais nas UCs e entorno (Brasil, 2014). Nesse sentido, o ProNEA coloca a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental que visa “contribuir nesse esforço de buscar caráter educativo na gestão de nossas Unidades de Conservação, aliado a ferramentas de comunicação” (Brasil, 2012, p. 9)

Além das práticas de EA desenvolvidas nas instituições de ensino, no Brasil, um dos locais que têm por obrigação, a depender de sua categoria e tipo, oferecer atividades de EA não formal são as unidades de conservação (UCs), que, segundo o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (Snuc) (Lei 9.985/2000), devem proteger e conservar os recursos naturais e ter a EA como um de seus objetivos, como visto no Art. 4º, inciso XII: "favorecer condições e promover a educação e **interpretação** ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico" (Brasil, 2000, p. 5). Uma das estratégias do ProNEA para atuação nas UCs é a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Snuc, que visa "contribuir nesse esforço de buscar caráter educativo na gestão de nossas Unidades de Conservação, aliado a ferramentas de comunicação" (Brasil, 2012, p. 9).

No Rio Grande do Norte é possível encontrar UCs administradas por todas as esferas de governo. O estudo de Teixeira e Venticinque (2014) mostrou que o sistema de UCs potiguares é frágil principalmente devido "à carência de investimento em recursos humanos, financeiros e de pesquisa, falta de aplicação dos princípios da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais como provedores do desenvolvimento econômico local e no pouco comprometimento social e político em manter um sistema de áreas protegidas conectado" (p. 124). Esses mesmos autores destacaram também a necessidade de investimentos em ações de EA. Em Natal, há o Parque Estadual Dunas do Natal Jornalista Luiz Maria Alves, criado em 1977, sendo a primeira UC estadual; assim, há dois parques na cidade.

Neste estudo destaca-se o Parque Natural Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte, uma UC que está localizada na Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1) da capital do estado, Natal. Essa zona é uma área importante tanto para o planejamento urbano quanto para a manutenção do equilíbrio do aquífero que abastece a cidade, contribui para o controle de enchentes nas áreas ao seu redor e para a melhoria da qualidade do ar da cidade e preservação de espécies da fauna e da flora (Costa et al., 2012). Além disso, ele engloba remanescentes da Mata Atlântica, associada a algumas espécies características do Cerrado e da Caatinga, dunas vegetadas, como também a existência de aproximadamente 269 espécies distribuídas em 71 famílias e 201 gêneros, dentre estas, cinco espécies consideradas ameaçadas de extinção (Prefeitura Municipal do Natal, 2020a).

O parque também é gerador de renda, devido à estrutura construída, aos serviços e aos servidores necessários à sua implementação, bem como é provedor de serviços ecossistêmicos (culturais e de conhecimento, de suporte, de provisão, de regulação) tanto para a população como para o meio ambiente (Faria; Pereira; Saraiva Júnior, 2019).

A UC tem como uma de suas ações em seu plano de manejo a realização da EA, ainda mais por ser *locus* de um espaço educativo voltado para a discussão da problemática ambiental. Dessa forma, possui um Centro

de Educação Ambiental em que é responsável pelo planejamento das atividades de EA (Prefeitura Municipal do Natal, 2020a).

Pelo exposto, este artigo tem como **problema** de pesquisa a pergunta: qual **concepção pedagógica é dada à educação ambiental, desenvolvida pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte**? Já a hipótese de pesquisa é de que as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte (Parque da Cidade) **são de natureza conservadora**.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a abordagem pedagógica dada à educação ambiental pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em suas ações. Os objetivos específicos são: a) identificar as ações desenvolvidas pelo Parque da Cidade voltadas à educação ambiental, considerando os diversos públicos atendidos; b) conhecer a compreensão de educação ambiental da equipe gestora do Parque da Cidade e c) saber como essas ações são planejadas e realizadas pela gestão do Parque da Cidade de acordo com as diferentes concepções de EA.

Educação ambiental e as correntes pedagógicas

A crise ambiental no final do século XX foi o contexto para o surgimento da EA, que objetiva a mudança da visão de mundo que o ser humano tem da natureza, bem como a adoção de uma prática social que possa diminuir os impactos de suas ações na natureza (LAYRARGUES; LIMA, 2014), visto que ela engloba

> [...] um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar" (Layrargues; Lima, 2014, p. 26).

Assim, a EA enxerga, em uma perspectiva ampla, as questões ambientais, considerando suas questões complexas e transdisciplinares, devendo ser concedida para contribuir para dar condições às pessoas de reagirem às constantes mudanças que ocorrem no mundo. Conforme Aires e Suanno (2017, p. 44), a EA é "uma nova forma de relação ser humano-natureza-sociedade, baseada numa ética que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens". Por sua vez, a definição de EA apresentada na Pnea é:

> Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,

> essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BrasiL, 1999, p. 1).

Observa-se que o conceito de EA do Pnea atribui a todos a responsabilidade para com a natureza; dessa forma, destaca a necessidade de a EA ser permanente durante a vida das pessoas, como visto em seu Art. 2º: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (Brasil, 1999).

A educação formal destaca-se por ser metodicamente organizada, seguindo um currículo, normas e leis de âmbito nacional; já a educação não formal tem uma estrutura menos rígida e pela descontinuidade. Vale destacar as definições de Gadotti (2005) sobre elas, a saber:

> A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de "progressão". Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (Gadotti, 2005, p. 2). [grifos do autor]

Porém, para o autor, toda educação poderia ser considerada formal, se for intencional. No caso da EA desenvolvida nas UCs, a educação é compreendida como não formal, como tratado nos instrumentos legais, pelo fato de ser feita fora do sistema formal de ensino, mas também é uma atividade educacional organizada e sistemática. Para além do seu espaço e estrutura de realização, a EA pode ser caracterizada tanto no que diz respeito a concepções teóricas quanto a princípios ideológicos, que vão se refletir na proposta educativa.

Para efeito didático, podem ser organizadas duas grandes correntes pedagógicas relacionadas à EA. González-Gaudiano (2005) diz que são inúmeros os discursos que constituem a EA. Eles podem ser ingênuos, trazer mais problemas que soluções, pautar-se em ações isoladas; destaca-se o ensino das ciências naturais como meio para desenvolver a EA ancorado na ecologia profunda e antissocial, modelos autoritários. O meio ambiente é igual à natureza, o que configura uma representação social naturalista daquele. Há influência também da Teoria dos Sistemas Vivos e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de alfabetização ambiental (Loureiro, 2006).

Tem-se assim caracterizada a chamada corrente **tradicional, conservadora ou comportamentalista** (ou naturalista,

conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, cientista, humanística, moral/ética de cunho conservacionista voltada para a conservação com base na ciência ecológica). Essa corrente objetiva tornar a sociedade ambientalmente sustentável, não se questiona o modelo de desenvolvimento vigente, no caso insustentável. Isso faz com que se mantenha uma visão sistêmica politicamente reformista e conservadora; a educação serve para manter as pessoas adeptas ao atual modo de organização social em um contexto a-histórico (aceitar a ordem social estabelecida como condição dada) e cultural, bem como a domesticação e a acomodação. Além disso, a EA é compreendida como um processo substancialmente individual, místico e psicológico, enfoque ideologicamente biologizante, como reforça Loureiro (2006, p. 141), que acrescenta que os processos educativos nessa vertente "[...] não apresentam necessariamente como pressuposto pedagógico a construção participativa de temas geradores e o conhecimento coletivo e problematizador da realidade em que os grupos sociais se inserem". Uma peculiaridade é que essa linha pedagógica, em sua maioria, priorizava o público infantil, considerando que são as crianças que vão mudar o futuro do planeta (Valenti et al., 2012).

Por outro lado, encontramos a corrente **transformadora, crítica ou emancipatória** (ou holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, da edocomunicação, da sustentabilidade), que busca problematizar as questões ambientais e é autorreflexiva. Ela está inserida na dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista, contribui para libertar os processos de gestão educativa e ambiental e envolve uma visão mais ampla deles. As ações educativas têm implicações para mudanças individuais e coletivas, visando à emancipação, à libertação da alienação existente em cada momento histórico, com base em abordagens pedagógicas críticas. As relações são entre "[...] indivíduos que existem em sociedade e meio natural, formando uma totalidade que é a própria natureza – o que implica entender a natureza como uma categoria social e a sociedade como uma categoria natural".

González-Gaudiano (2005) usa a expressão "horizonte utópico débil" para se referir a essa linha, no sentido de não haver certezas, já que a EA é composta por um conjunto de propostas articuladas e até antagônicas, assim, possibilitando o sonho de que mundos melhores podem ser realidade. Ou seja, "meio ambiente é formado pela interação e interrelação [*sic*] dos componentes físicos e biológicos, dos meios social, cultural, econômico e político" (González-Gaudiano; Lorenzetti, 2009, p. 202).

No Quadro 1 é possível ver uma síntese de ideias e palavras que representam cada uma dessas correntes teóricas sobre EA.

Corrente tradicional, conservadora ou comportamentalista	**Corrente transformadora, crítica ou emancipatória**
Ideias principais	

a) Ação não reflexiva e política. b) Aspectos naturalísticos. c) Discurso de denúncia. d) Educação concebida com base em sua dimensão individual, ancorada em vivências práticas. e) Foco na conservação e na preservação do ambiente natural. f) Foco na redução do consumo e não no seu modo de produção. g) Pouca problematização da realidade e relação com os processos históricos. h) Preocupação com a destruição dos recursos naturais. i) Promoção da ecologia, de seu ensino para a resolução dos problemas ambientais. j) Responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, descontextualizado. k) Tendência comportamentalista tecnicista. l) Diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza.	a) Abordagem globalizante de meio ambiente. b) Ações concretas, politização e publicização da problemática ambiental. c) Compreensão de que o meio ambiente é formado pela interação e inter-relação dos componentes físicos e biológicos, dos meios social, cultural, econômico e político. d) Participação social e exercício da cidadania como práticas indissociáveis da educação ambiental. e) Perspectiva crítica, ética e democrática. f) Rede de ação múltipla e participação individual e coletiva. g) Transdisciplinaridade embutida na EA/viés holístico. h) Visão mais ampla do processo educativo, considerando as dimensões: naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas. i) Busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.
Palavras-chave	
• conservação e preservação da natureza; • postura ecológica; • problemas ecológicos; • pensamento ambientalista; • desenvolvimento sustentável; • reciclagem • treinamento de professores.	• temática ambiental; • abordagem interdisciplinar; • interdisciplinaridade; • multidisciplinaridade; • transdisciplinaridade; • visão holística da realidade; • participação; caráter político; • caráter permanente; • visão crítica da realidade; • relação homem-natureza; • problemática ambiental; • vertente socioambiental, • educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora; • cidadania e ética; • sociedades sustentáveis; • capacitação e formação de educadores ambientais; • dimensão ambiental; • complexidade; • totalidade, representação globalizante; • pensamento sistêmico; • consciência ambiental.

Quadro 1 – Síntese das principais corrente teóricas sobre educação ambiental.

Fonte: elaboração própria com base em González-Gaudiano e Lorenzetti (2009) e Loureiro (2006).

Sauvé (2005), compreende-se que a EA não é uma forma de educação, nem ferramenta para resolver problemas, mas uma dimensão imprescindível da educação, necessária para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos com o meio em que se vive, pois induz dinâmicas sociais globais e locais de solidariedade de abordagem colaborativa e crítica da problemática ambiental, apresentando-lhe possíveis soluções. Ao se definir qual corrente seguir, há que se considerar a intervenção que será feita, os recursos disponíveis, o público a que se destina, os objetivos a serem alcançados, a compreensão de fatores como meio ambiente e desenvolvimento, entre outros, por exemplo, que vão definir as práticas educativas escolhidas (Sauvé, 2005).

Além dessas duas concepções, há pessoas, educadores, que estão em transição do pensamento conservador para o crítico. Então é possível encontrar trabalhos e ações de EA envolvendo atividades que englobam os dois pensamentos (González-Gaudiano; Lorenzetti, 2009). Outra possibilidade é a não distinção entre as correntes pelos educadores (Valenti et al., 2012).

Educação ambiental e as Unidades de Conservação

De início, o surgimento das UCs estava atrelado à preservação de áreas terrestres ou aquáticas de características naturais excepcionais, como também devido à preocupação com a manutenção dos mananciais e com o controle da qualidade da água servida às populações urbanas (Drummond; Franco; Oliveira, 2010). Valdivieso, Eagles e Gil (2015) atribuem como principais objetivos das UCs a conservação e manejo dos recursos naturais e a oferta de serviços educacionais e de lazer ao público visitante.

As discussões sobre criação de áreas protegidas, no Brasil, foram capitaneadas pelos intelectuais racionalistas que se interessavam pelo valor político e instrumental da natureza para o progresso econômico do país, sendo posteriormente incorporadas motivações estéticas e científicas. Na década de 1930, o país passa a instituir políticas de proteção da natureza. A implementação de unidades de conservação – com forte influência de visão preservacionista, inspirada no modelo norte-americano (natureza intocada). Isso ocasionou muitos conflitos socioambientais, pois, a princípio, não poderia haver presença humana (desconsiderando as populações tradicionais), pois era considerada devastadora da natureza. Posteriormente, o discurso da criação das UCs, durante o governo militar, estava alinhado com os propósitos de desenvolvimento para o país, o que fez com que se aumentasse o percentual de áreas protegidas (Franco; Schittini; Braz, 2016).

A principal legislação brasileira sobre UCs, o Snuc, diz que elas devem dispor de um plano de manejo (PM) que serve de guia para a gestão do local e deve ser elaborado, a partir da criação da UC, em até 5 anos. Depois disso, deve ser revisado também a cada 5 anos. O PM corresponde a um documento técnico que embasa os objetivos gerais da UC "[...] estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade" (Brasil, 2000, p. 8). O zoneamento corresponde à "definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz" (Brasil, 2000, p. 8).

O Snuc diz que a EA nas UCs deve ser favorecida e promovida, assim como a interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Como todas essas atividades fazem parte de um dos objetivos desta lei, associado ao fato de que as UCs correspondem a espaços que abrigam parte considerável dos principais atrativos turísticos brasileiros (Beni, 1990), isso

pode ser um influenciador para que todo visitante de uma UC seja considerado um turista, desconsiderando assim outros públicos das UCs. A EA não deve ser pensada apenas para o visitante-turista, mas para o visitante-morador, principalmente os das áreas de influência direta das UCs, pois eles são imprescindíveis para o planejamento e gestão desses locais. Valenti et al. (2012) indicam, como atividades de EA nas UCs, as trilhas interpretativas, vivências na natureza, atividades contemplativas, bem como atividades de gestão participativa, já que propicia a articulação política, tomadas de decisões coletivas, gerenciamento de conflitos, o que contribui para a conservação do local.

Uma pesquisa sobre EA de 2012 feita em 56 UCs (federais, estaduais e municipais) de todo o país (Valenti et al., 2012) mostrou que 29% delas usavam o ProNEA para ambas as ações de EA; o principal público atendido era a comunidade; o setor público foi citado como o principal parceiro das UCs, seguido de organizações não governamentais e instituições de ensino; a linha pedagógica predominante era educação no processo da gestão ambiental. Contudo, os pesquisadores observaram a necessidade de aprofundamento na compreensão dos aspectos teóricos dessa linha pedagógica; foi também identificado o ecletismo no desenvolvimento das práticas de EA e, apesar disso, quase 70% não faziam avaliação das atividades de EA; observou-se que havia pouca articulação entre as atividades realizadas pelas UCs e os objetivos definidos para as ações educativas e a EA para o público das escolas era a principal atividade realizada pelas UCs.

As UCs apresentam-se como espaços significativos para a realização de atividades de EA, o que pode colaborar com a transformação do olhar da sociedade para as questões ambientais. As UCs urbanas têm uma peculiaridade: além de todas as pressões que as demais UCs enfrentam, precisam lidar com os diversos problemas e impactos advindos dos ecossistemas urbanos, o que reforça a necessidade de ações de EA acessíveis a todas as pessoas, especialmente do seu entorno.

Parque Natural Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte

O Parque Natural Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte (Figura 1), uma UC de proteção integral, foi criado pelo Decreto nº 8.078, de 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de “com o objetivo de preservar o ecossistema característico do campo dunar localizado na Zona de Proteção Ambiental 1, Subzona de Conservação (SZ1-A), às margens da Avenida Omar O’ Grady, compreendendo uma superfície de 62,2 hectares” (Prefeitura Municipal do Natal, 2006, p. 1). Seu plano de manejo (PM) e zoneamento foi finalizado e publicado em 2020. Contudo, havia a Portaria nº. 28 de 2014 que tratava da operacionalização do Parque, abrangendo questões que iam do Funcionamento, do Acesso e do Trânsito, das Trilhas e das Atividades de Educação Ambiental, da Realização de Eventos, das Pesquisas Científicas, das Demais Proibições, das Demais Permissões e das Disposições

Gerais (Prefeitura Municipal do Natal, 2014). Destaca-se que a UC não tem conselho gestor.

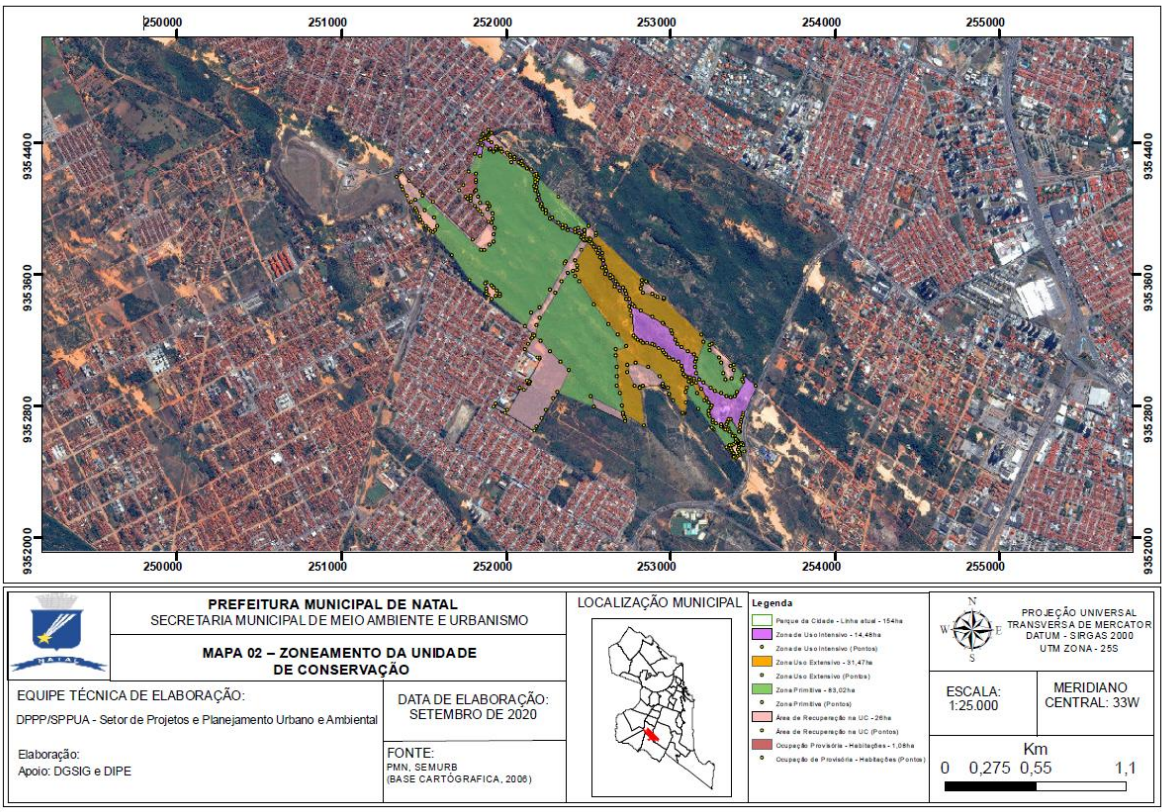


Figura 1: Parque Natural Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte - zoneamento da unidade de conservação

Fonte: Prefeitura Municipal do Natal (2020, n.p.).

Originalmente o nome da UC era Parque da Cidade, com área de 62,2 hectares (Prefeitura Municipal do Natal, 2006). O Parque está situado na Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1) e ocupa área total de 136,54 hectares, os quais englobam os bairros de Candelária, Cidade Nova e Pitimbu e foi inaugurado no fim de 2008 e, com a mudança de prefeito, de 2009 a 2012 ele ficou fechado devido a não ter toda sua estrutura pronta. As obras foram retomadas em 2013 e o Parque reinaugurado em 2014 (Costa, 2017).

O Parque foi inaugurado em 2008, o que contribuiu para evitar práticas no local como “passeios de motocross e de buggy, queimadas, retirada de lenha e de animais silvestres [...]” (Costa *et al*. 2012, p. 34). Ainda segundo os autores, a partir da implementação em 2008, as atividades de EA desenvolvidas foram: palestras, oficinas e aulas-passeio nas trilhas. Porém, com a troca de prefeito, o parque foi fechado para reformas e/ou conclusão de obras, no período de 2009 a 2014. Ficaram disponíveis para os visitantes

apenas os espaços destinados à caminhada. Essa situação comprometeu os objetivos do Parque, como pontuado por Costa *et al*. (2012). Após a reabertura do Parque em 2014, as ações de EA foram retomadas.

Segundo a Prefeitura Municipal do Natal (2020b), a infraestrutura na zona de uso intensivo do Parque consta de: a) guarita e pórtico de entrada do bairro Candelária com 254,30m²; b) estacionamento do bairro Candelária com capacidade para 198 veículos; c) guarita e pórtico de entrada do bairro Cidade Nova com 254,30m²; d) pórtico do plano superior do bairro Cidade Nova com 254,30m²; e) estacionamento do bairro Cidade Nova com capacidade para 30 veículos; f) trilhas pavimentadas com extensão total de 3.400,00m; g) pontos de descanso ao longo das trilhas pavimentadas, totalizando 03 unidades com 78,54m² cada; h) baterias de banheiros ao longo das trilhas pavimentadas, totalizando 03 unidades com 78,54m² cada e i) praça de eventos com 4.727,34m².

Em outro estudo, Costa (2017, p. 48) analisou o perfil dos frequentadores do Parque da Cidade e relatou serem "[...] predominantes as [pessoas] que vão aos espaços para realizar atividades físicas do que os [*sic*] que vão para demais atividades". Segundo ele, o público que praticava atividades físicas era composto por pessoas de terceira idade, em sua maioria, e o público que procurava as demais atividades era o de jovens, incluindo crianças/famílias.

A pesquisa de Araújo *et al*. (2018) confirma os resultados de Costa (2017) com relação ao perfil do público do Parque, que é predominantemente masculino, com idade entre 50 a 60 anos (31%) e 40 e 50 anos (20,7%). A maioria dos frequentadores do local apresenta ensino médio completo e reside nos bairros de localização do Parque (Pitimbu - 24,1%; Cidade Nova - 13,8% e Candelária - 10,3%) e as principais atividades praticadas pelas pessoas são a caminhada (72,4%) e a corrida (55,2%).

Com relação à EA, 75,9% dos participantes da pesquisa disseram ter conhecimento sobre o que é EA e 86,2% tinham conhecimento de que o Parque realizava ações de EA, mas 96,6% dos entrevistados relataram nunca terem participado dessas ações no Parque (Araujo *et al*., 2018).

O estudo de Pereira et al. (2020), feito com os servidores do SEAB, mostrou que os técnicos do Parque tinham formação em História, Pedagogia, Artes, Técnico em Meio Ambiente, Ciências Biológicas e Ecologia. Os participantes do estudo mostraram-se com uma visão de natureza e meio ambiente generalista e mais voltada para uma concepção biológica e 90,9% dos entrevistados tinham uma compreensão conservacionista da EA, sendo as principais ações de EA incluindo palestras e teatro.

Mesmo durante o período em que o Parque não tinha PM, observou-se, pelos trabalhos científicos supracitados, que havia uma rotina das atividades de EA ou que tinham relação com ela. Ressalta-se que, durante o período mais agudo da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021, o local

manteve-se fechado, abrindo em alguns momentos para os praticantes de caminhada. Destaca-se também que, na atual gestão municipal (iniciada em 2020), os SEAB e SMAP deixaram de ser exclusivos do Parque e passaram a ser responsáveis por ações dos mesmos respectivos teores de todo o município de Natal, não sendo mais uma equipe exclusiva do Parque.

Metodologia

Com base em seu objetivo, a abordagem da pesquisa tende a ser majoritariamente qualitativa, já que busca aprofundamento da compreensão sobre a abordagem pedagógica dada à educação ambiental pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em suas ações. A pesquisa retrata a complexidade de um dado problema, de aspectos da realidade que não são quantificados (Minayo, 2012). É uma pesquisa descritiva, já que retrata fatos e fenômenos de determinada realidade, e também explicativa, já que explica o porquê das coisas com base nos seus resultados (Silveira; Córdova, 2009).

Para realização deste trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica que fornece os subsídios teóricos do estudo (Martins; Theóphilo, 2009) em livros, artigos, periódicos, sites e demais documentos de cunho científico sobre educação ambiental e unidades de conservação. Também foi feita pesquisa documental, pois houve a busca por informações e evidências em documento(s), que é “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros” (ABNT, 2000, p. 2, *apud* Appolinário, 2011, p. 53), como o plano de manejo e instrumentos normativos e de criação do Parque.

A pesquisa de campo corresponde ao recorte espacial, à abrangência da pesquisa, em termos empíricos, do recorte teórico. É um momento da investigação essencial. Por isso, sua forma de ser feita requer atenção científica para seleção dos fatos a serem observados, coletados e compreendidos (Minayo, 2010), no caso, a educação ambiental no Parque Municipal da Cidade Dom Nivaldo Monte. O universo dos questionários e entrevistas semiestruturadas foi composto pelos servidores do Parque.

Com relação à seleção dos documentos das UCs, partiu-se da compreensão de que as evidências para a argumentação nas pesquisas sociais devem se respaldar em uma seleção justificada de materiais para embasar a investigação, a descrição, a demonstração, a prova ou a refutação de uma dada afirmação. Dessa forma, a construção de um *corpus* colocou-se como uma forma alternativa de coleta de dados, dotando de eficiência o processo de seleção de algum material para caracterizar o todo (Bauer; Gaskell, 2012). Assim, a composição do *corpus* desta pesquisa considerou os seguintes critérios: a) seleção preliminar – documentos sobre as UCs que abordavam a educação ambiental; b) análise da variedade e c) ampliação do

corpus de dados até que não se descobrisse mais variedade – o ponto inicial da construção do *corpus* foi o Decreto nº 12.139 de 23 de dezembro de 2020, que engloba o PM, mapas e zoneamento do Parque, bem como a Portaria nº. 28 de 2014.

A coleta de dados da pesquisa documental ocorreu no *site* da Prefeitura Municipal do Natal. Já a coleta de dados com os servidores do Parque foi feita por meio de questionário, por possibilitar a coleta sistemática, ordenada de informações, sem a presença da pesquisadora, em um curto intervalo de tempo e para uma quantidade razoável de pessoas (Gray, 2009). O questionário **(Apêndice A**) foi estruturado com os seguintes grupos de perguntas: i) gestão ii) educação ambiental e iii) características do respondente os finais. Nele também havia uma adaptação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta etapa de coleta de dados foi realizada em julho de 2022. Obteve-se a resposta de 17 pessoas. O questionário foi disponibilizado via *Google Forms* respeitando as restrições impostas pela pandemia de covid-19.

A análise, propriamente dita, começou desde a elaboração do referencial teórico. Como expressou Creswell (2014, p. 194) a análise "consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem" relacionando-os com os elementos da problemática e objetivo de pesquisa, permitindo uma interpretação coerente. Foram feitas repetidas leituras para se tomar consciência das similaridades, relações e diferenças que embasaram a análise, a reconstrução do texto de maneira admissível e confiável. que alicerçaram as relações de combinações possíveis entre os elementos dos materiais analisados para dar significado às comunicações decifradas (Cellard, 2014; Chizzotti, 2006).

Tanto para a análise dos documentos (usados no tópico Resultados e Discussão) quanto para as questões abertas do questionário, em alguns casos, foi utilizada a **Análise de Conteúdo (AC)** de Bardin (2007) **(técnica de análise categorial temática**). Sendo assim, procedeu-se o recorte da informação e o agrupamento na categoria **educação ambiental** (descritor – educação ambiental), sendo usado um descritor de nome homólogo ao da categoria.

Resultados e Discussão

Os resultados da análise documental (Quadro 1) mostraram que a Portaria nº 28, de 31 de julho de 2014 (Prefeitura Municipal do Natal, 2014), trouxe mais orientações sobre a EA do que o decreto que trata do PM e o próprio PL (Prefeitura Municipal do Natal, 2020a; 2020c, respectivamente).

Pelo exposto no Quadro 1, a EA não é discutida em sua concepção filosófica diretamente, mas pode-se inferir que segue a corrente tradicional, como visto em González-Gaudiano e Lorenzetti (2009) e Loureiro (2006). Observou-se também a falta de diretrizes mais consistentes sobre a EA no PM, tratada como instrumento e colocada no mesmo patamar da interpretação ambiental, quando essa é uma das possibilidades de desenvolver a EA.

Quadro 1: Trechos dos documentos do Parque Natural Municipal da Cidade do Natal Dom Nivaldo Monte sobre educação ambiental.

Portaria nº 28, de 31 de julho de 2014
p. 1 - Art. 10. Os grupos agendados para trilhas guiadas deverão conter, no máximo 30 (trinta) pessoas em cada turno, que serão divididos em dois subgrupos de 15 (quinze) pessoas. Esta será realizada sob a orientação de agentes ambientais devidamente capacitados e autorizados. Parágrafo Único: Grupos maiores que o previsto neste artigo poderão ser agendados para outras atividades do Parque, conforme planejamento do setor de **Educação Ambiental***.
p. 2 - Art. 11. As atividades de **Educação Ambiental** serão realizadas conforme planejamento do
Centro de Educação Ambiental do Parque.
p. 2 - Art. 13. Não será permitido o deslocamento fora da trilha pavimentada, sendo restrito o acesso às demais áreas aos agentes da fiscalização preventiva, atividades de monitoramento realizadas por funcionários do Parque autorizados, ações de segurança autorizadas, pesquisadores cujas pesquisas se encontrem cadastradas e autorizadas, grupos de visitantes previstos na programação de **educação ambiental** guiada e assistida por agentes ambientais capacitados, observando calendário de visitação e controle rigoroso do número de visitantes, e após realização de estudo de capacidade de suporte aprovado pela administração do Parque.
p. 5 - II - Agendamento de grupos para atividades de **educação ambiental**, visitação do Memorial Natal e trilhas guiadas, bem como para a realização de eventos no auditório, salas de aula, hall, biblioteca, Memorial Natal e praça de eventos, conforme normas previstas Capítulo IV deste documento;
Decreto n.º 12.139 de 23 de dezembro de 2020
p. 1 – **Art. 3º** [o zoneamento], V – favorecimento de condições e promoção da **educação** e interpretação **ambiental**, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.
p. 2 – **Art. 4º** [tipologias zonais], I – Zona de Uso Intensivo: espaços para a promoção da **educação ambiental** e recreação ao ar livre, compostos pelos equipamentos descritos no Anexo II deste Decreto;
Decreto n.º 12.139 de 23 de dezembro de 2020 – Anexo III Plano de Manejo
p. 9 – [Propósito do Parque da Cidade] [...] O Parque da Cidade é também espaço de contemplação, recreação e prática de esportes em contato com a natureza, pesquisa científica e **educação ambiental**.
p. 14 - Por meio de instrumentos como **Educação Ambiental**, bem como mediante estruturas físicas destinadas a ações de cultura e lazer em contato com a natureza, o Parque tem subsidiado esse conjunto de ações estratégicas visando aproximação da sociedade às questões ambientais, históricas, culturais e sociais que envolvem a Unidade de Conservação.
Como forma de exemplificar o exposto, podemos destacar a existência de um setor específico para trabalhar projetos, atividades e ações de **Educação Ambiental**, que são realizados de forma personalizada mediante agendamentos, bem como por ações destinadas ao público em geral que visita a UC, alcançando assim o objetivo de sensibilização das pessoas sobre a importância do local por meio de experiência enriquecedora e agradável para o visitante.
Associado às ações de **educação ambiental**, o Parque dispõe também de um espaço importante, a biblioteca, para disseminação do conhecimento sobre meio ambiente, além de ser também local de ações voltadas para a valorização da cultura, história e meio ambiente.

*Destaque dado ao descritor pela autora.
Fonte: Criado pela autora com base em prefeitura Municipal do Natal (2014; 2020a; 2020c).

Os resultados emergentes a partir da pesquisa de campo sobre a caracterização dos participantes da pesquisa apontam que 23,5% dos respondentes tinham entre 38 e 42 anos, igual percentual dos que tinham entre 53 e 57 anos. Os demais participantes, somando as outras cinco faixas etárias,

a menor iniciada em 18 anos e a maior em 62 anos, excluídas as já citadas, correspondem a 53%. Com relação à escolaridade dos servidores do Parque da Cidade que participaram da pesquisa, 94% tinham ensino superior e 6% ensino médio. Além disso, os participantes já tinham realizado outros cursos como aperfeiçoamento, técnico, especialização e mestrado. Sobre curso específico na área de atuação no Parque, 82% dos servidores afirmaram ter feito, ao passo que 18% não. Dos 17 respondentes, 65% trabalhavam em sua área de formação, já 35% não.

A maioria (77%) dos servidores trabalhava há mais de oito anos no Parque. Os demais (33%) trabalhavam entre seis meses e seis anos no Parque. No que diz respeito ao vínculo empregatício, 88% são servidores efetivos; os demais (12%) eram vinculados por meio de cargo comissionado. Os locais do Parque em que os servidores trabalham são: Setor Educação Ambiental e Biblioteca (SEAB), Setor de Manejo Ambiental e Pesquisa (SMAP), Guarda Municipal (Grupamento de Ação Ambiental Municipal da Guarda Municipal – GAAM – do Natal). Quanto à **profissão/ocupação** dos respondentes, tem-se: pedagoga (2), arte educadora (1), bibliotecária (1), auxiliar de campo (1), tecnólogo ambiental (1), historiador (1), técnico de nível superior (1), técnico em meio ambiente (1), técnico administrativo (1), chefe de setor (2), guarda municipal (5). Perfil parecido ao percebido por Pereira *et al.* (2020). Por setor de trabalho, 53% dos participantes da pesquisa eram do SEAB, 29% do GAAM e 18% do SMAP.

A fim de identificar as ações desenvolvidas pelo Parque da Cidade voltadas à educação ambiental, considerando os diversos públicos atendidos, foi perguntado, especificamente para os servidores do SEAB, quais ações eram realizadas voltadas para o público adulto, sendo que, das nove respostas, todas citam a atividade palestra, assim como observado em Costa et al. (2012) e Pereira et al. (2020) (em escolas, associações, grupos de idosos e grupos que se reúnem em torno do parque e das lagoas de captação) com temas sobre o parque, de cunho ambiental, cultural e educativo. Foram ainda citadas as atividades: campanha de prevenção a incêndios no período do São João, vistoria das lagoas de captação, oficinas de brinquedos, pintura e circuito ambiental de Natal. Já para o público infantil/adolescente, as ações citadas, além das mesmas para os adultos, foram: jogos (de acordo com a faixa etária) para esclarecimento e conscientização, oficinas, visitas agendadas com escolas (trabalham o tema que a escola solicita), trilhas e atividades lúdicas. Esse é o principal público das atividades realizadas pelo Parque da Cidade (87,5%), já aquele corresponde a 12,5%. A participação nas atividades é feita por agendamento.

Para conhecer a compreensão de educação ambiental da equipe do Parque da Cidade, foi perguntado quais destes temas/conteúdos são trabalhados nas ações de EA: 1) politização e publicização da problemática ambiental; 2) conservação e preservação do ambiente natural; 3) ações que englobam dimensões naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas; 4) redução do consumo; 5) transformação dos valores e das práticas

sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade e 6) destruição dos recursos naturais (Tabela 1).

Como visto na literatura em González-Gaudiano e Lorenzetti (2009), Loureiro (2006), há uma forte presença e porcentagem de elementos que configuram a EA tradicional, conservadora. Observa-se também a percepção diferente entre os setores do Parque sobre o que é abordado nas ações de EA, o que pode não contribuir para eficiência e eficácia das ações (Tabela 1).

Os dados da pesquisa mostram ainda uma proximidade dos servidores com a compreensão de EA conservadora, como nos outros estudos (Costa et al., 2012; Pereira et al., 2020) e mostrado na literatura (González-Gaudiano; Lorenzetti, 2009; Loureiro, 2006), uma vez que os temas da abordagem mais crítica da EA tiveram um percentual de não abordado ou pouco abordado considerável, como por exemplo: Transformação dos valores e das práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade, que foi considerado pelo SEAB como não abordado (22%) e pouco abordado (22%); já Redução do consumo foi considerado 40% e 60% como não abordado ou pouco abordado, respectivamente pelo GAAM.

Tabela 1: Temas/conteúdos abordados nas ações de educação ambiental desenvolvidas no Parque da Cidade e/ou no seu entorno.

Temas/conteúdos		**Setor de trabalho do servidor**		
		Educação Ambiental e Biblioteca	**Manejo Ambiental e Pesquisa**	**Grupamento de Ação Ambiental Municipal da Guarda Municipal da Cidade do Natal**
Politização e publicização da problemática ambiental	não abordado	22	0	0
	pouco abordado	22	33	60
	abordado	33	63	40
	muito abordado	0	0	0
	sempre abordado	33	0	
Total		**100**	**100**	**100**
Conservação e preservação do ambiente natural	não abordado	22	0	0
	pouco abordado	0	0	40
	abordado	44	100	40
	muito abordado	11	0	0
	sempre abordado	22	0	20
Total		**100**	**100**	**100**

Ações que englobam dimensões: naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas	não abordado	22	0	0
	pouco abordado	11	33	80
	abordado	44	33	0
	muito abordado	0	33	20
	sempre abordado	22	0	0
Total		**100**	**99***	**100**
Redução do consumo	não abordado	22	33	40
	pouco abordado	11	33	60
	abordado	44	33	0
	muito abordado	11	0	0
	sempre abordado	11	0	0
Total		**100**	**99***	**100**
Transformação dos valores e das práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade	não abordado	22	67	20
	pouco abordado	22	0	80
	abordado	33	33	0
	muito abordado	22	0	0
	sempre abordado	0	0	0
Total		**100**	**100**	**100**
Destruição dos recursos naturais	não abordado	22	33	0
	pouco abordado	22	0	60
	abordado	22	67	0
	muito abordado	0	0	20
	sempre abordado	33	0	20
Total		**99***	**100**	**100**

*Total da soma das dízimas periódicas, porém a quantidade de respondentes foi a mesma para todas as questões.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 2 reforça a compreensão conservadora de EA dos servidores do Parque da Cidade, pois foi perguntado o que eles compreendem como objetivos da EA, o que vai refletir em suas práticas profissionais.

Para 20% do GAAM Visão holística da realidade não representa a EA. Outro elemento ligado ao pensamento conservador é o Pensamento ambientalista, presente as respostas dos participantes da pesquisa com percentuais elevados, como visto na Tabela 2. Conservação e preservação da natureza representam 100% da compreensão de EA de todos os participantes.

Tabela 2: Palavras-chave/expressões que mais se aproximam ao que a equipe do Parque da Cidade compreende como os objetivos da educação ambiental.

Palavras-chave/expressões		**Setor de trabalho do servidor**		
		Educação Ambiental e Biblioteca	**Manejo Ambiental e Pesquisa**	**Grupamento de Ação Ambiental Municipal da Guarda Municipal da Cidade do Natal**
Desenvolvimento sustentável	representa completamente	100	100	100
Total		**100**	**100**	**100**
Sociedades sustentáveis	representa completamente	89	100	80
	representa parcialmente	11	0	20
Total		**100**	**100**	**100**
Capacitação e formação de educadores ambientais	representa completamente	100	100	100
Total		**100**	**100**	**100**
Visão holística da realidade	representa completamente	78	67	60
	representa parcialmente	22	33	20
	não representa	0	0	20
Total		**100**	**100**	**100**
Problemas ecológicos	representa completamente	100	100	100
Total		**100**	**100**	**100**
Consciência ambiental	representa completamente	100	100	100
Total		**100**	**100**	**100**
Treinamento de professores	representa completamente	56	67	80
	representa parcialmente	44	0	20
	não representa	0	33	0
Total		**100**	**100**	**100**
Conservação e preservação da natureza	representa completamente	100	100	100

Total		**100**	**100**	**100**
Postura ecológica	representa completamente	89	100	60
	representa parcialmente	11	0	40
Total		**100**	**100**	**100**
Reciclagem	representa completamente	78	100	80
	representa parcialmente	22	0	20
Total		**100**	**100**	**100**
Pensamento ambientalista	representa completamente	67	100	60
	representa parcialmente	33	0	40
Total		**100**	**100**	**100**
Relação homem-natureza	representa completamente	89	100	80
	representa parcialmente	11	0	20
Total		**100**	**100**	**100**
Caráter político	representa completamente	56	67	40
	representa parcialmente	33	0	0
	não representa	11	33	60
Total		**100**	**100**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A fim de saber como essas ações são planejadas e realizadas pela gestão do Parque da Cidade de acordo com as diferentes concepções de EA, foi perguntado para os participantes da pesquisa que trabalham no SEAB qual a frequência com que as equipes se reúnem para tratar do tema: 38% disseram se reunir semanalmente; 38% indicaram que se reúnem mensalmente; outros 12% trimestralmente e, já 12% disseram não haver reuniões para planejamento em função da pandemia, pois o Parque estava fechado. Com relação às parcerias para a realização das ações, observa-se que não há unanimidade pelo SEAB sobre elas. A seguir são apresentados o percentual das respostas para cada tipo de instituição parceira (s = há parceria e n = não há parceria): Escolas públicas (s = 87%; n = 13%); Escolas particulares (s = 75%; n = 25%); Associações comunitárias e Secretarias/órgãos públicos obtiveram a mesma porcentagem de respostas (s = 63%; n = 37%); Instituição de ensino superior públicas, Instituição de ensino superior particulares e Organização Não Governamental (ONG) tiveram o mesmo percentual de respostas (s = 75%; n = 25%); Forças de segurança pública e Instituições/centros de cultura

apresentaram a mesma porcentagem (s = 50%; n = 50%) e Outros (s = 37%; n = 63%).

Assim, observa-se falta de articulação entre o próprio setor e os demais. Considerando que a EA deve ser um objetivo de todos os setores, a articulação entre eles deve existir.

Conclusões

A problemática ambiental cada vez mais presente na sociedade requer ações de EA das mais diversas, incluindo assim tanto as das correntes tradicional/conservadora quanto as transformadoras/críticas. Porém, o objetivo desta pesquisa, que foi o de analisar a abordagem pedagógica dada à educação ambiental pelo Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em suas ações, mostrou uma predominância daquela. Isso pode ser percebido pelas ações de EA desenvolvidas pelo Parque, pelo pensamento dos servidores que planejam e participam das ações, o que confirma a hipótese da pesquisa.

Não é errado desenvolver ações de abordagem mais conservadora, porém, elas não podem ser as únicas ou a maioria. Refletir sobre as ligações entre a natureza em uma abordagem globalizante pode possibilitar a compreensão de efeitos climáticos na Cidade do Natal, por exemplo, bem como perceber seu caráter político.

Essa combinação de pensamentos sobre EA faz-se ainda mais importante quando se trata de ambientes frágeis que precisaram ser protegidos com a criação de UC, como o Parque da Cidade foi. A isso acrescenta-se o fato de ela ser um parque urbano que sofre intensa pressão com sua proximidade a bairros, rodovias, dentre outros elementos que podem contribuir negativamente para o local.

Porém, como visto também na literatura, parece haver um início de transição de pensamento, principalmente do SEAB, que está se aproximando da corrente crítica da EA. Para ampliar as ações de EA crítica, sugere-se: realização de capacitação e formação de educadores de todos os servidores, em especial os do SEAB; implementação do Conselho Gestor, o que seria a principal rede de ação múltipla e participação individual e coletiva, assim como parceria mais duradoura com organizações da sociedade civil; inclusão mais efetiva nas ações de EA das dimensões naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas do contexto da UC; dotar o Parque de orçamento e equipe gestora exclusivos, pois, por mais dedicação que os servidores tenham, sem isso fica impossível atingir os objetivos de EA e da própria UC.

Referências

AIRES, B. F.; SUANNO, J. H. A Educação Ambiental numa perspectiva transdisciplinar: uma articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 2, p. 42–56, 2017.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para produção do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, L. H. DE C. et al. A educação ambiental como instrumento integrado a gestão ambiental no Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte. *In*: **I**X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, **Anais** [...], , 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BENI, M. C. Sistema de Turismo - Sistur: estudo do turismo face à moderna Teoria de Sistemas. **Revista Turismo em Análise**, p. 15, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei Nº 9.985: Snuc - Sistema nacional de unidades de conservação.** Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1, 19, jul., 2000.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Estratégia nacional de comunicação e educação ambiental no Sistema Nacional de Unidades de Conservação -Encea.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2012.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação Ambiental [ProNEA]:** educação ambiental por um Brasil sustentável. 4 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação, 2014.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: d**ispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União - 28, abr., 1999.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. (Eds.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, A. M. B. et al. O Parque da Cidade de Natal: atual estágio de implantação da unidade de conservação. **Sociedade e Território**, v. 24, n. 1, p. 28-44, 2012.

COSTA, T. B. M. **Ócio e lazer em espaços públicos:** usos e apropriações dos parques urbanos de Natal/RN. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curso de Gestão de Políticas Públicas. Orientador: Prof. Dr. Fernando Manuel Rocha da Cruz, 2017.

CRESWELL, J. W. **Research design:** qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4 ed. Los Angeles: Sage Publications, 2014.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *In*: GANEM, R. S. (Ed.). **Conservação da Biodiversidade Legislação e Políticas Públicas**. Brasília: Edições Câmara, 2010. p. 341–386. (Série Memória e Análise de Leis, n. 2)

FARIA, B. C.; PEREIRA, M. A. V.; SARAIVA JÚNIOR, J. C. Análise comparativa dos serviços ecossistêmicos de áreas verdes da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. **Geosaberes**, v. 10, n. 21, p. 1, 2019.

FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. DE M.; BRAZ, V. DA S. História da Conservação da natureza e das áreas protegidas : panorama geral. **Historiæ**, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2016.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut Internacional des Droits de 1º Enfant**, p. 1-11, 2005.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. **Educação ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E.; LORENZETTI, L. Investigação em educação ambiental na américa latina: mapeando tendências. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 191-211, 2009.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. São Paulo: Artmed, 2009.

JACOBI, P. J. et al. Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 135-268, 2011.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, v. 14, n. 2, p. 309–335, 2011.

LIBÂNEO, J. C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter Ação**, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 1992.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.

_____. Proposta pedagógica: educação ambiental no Brasil. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL (Ed.). **Salto para o futuro:** educação ambiental no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (Unesco). **Aprender por el planeta: revisión mundial de cómo los temas relacionados con el medioambiente están integrados en la educación**. Paris: Unesco, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA A C. (Unesco); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Declaração de Tbilisi.** Tbilisi, Unesco, Pnuma, 1977.

PEDRINI, A. G. Trajetorias da educação ambiental. *In*: PEDRINI, A. G. (Ed.). . **Educaçõa ambiental:** reflexos e práticas contemporâneas. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 25-89.

PEREIRA, D. C. et al. Desafios de educação ambiental na perspectiva de técnicos do Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte em Natal (RN). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 5, p. 196-212, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **Decreto nº 8.078, de 13 de dezembro de 2006.** Natal: Diário Oficial do Município, 2006.

_____. **Decreto nº 12.139 de 23 de dezembro de 202.** Natal: Diário Oficial do Município, 2020a.

_____. **Decreto n.º 12.139 de 23 de dezembro de 2020 – Anexo II - equipamentos da zona de uso intensivo da UC.** Natal: Prefeitura Municiapal do Natal, 2020b.

_____. **Decreto n.º 12.139 de 23 de dezembro de 2020 – Anexo III Plano de Manejo.** Natal: Prefeitura Municiapal do Natal, 2020c.

_____. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. **Portaria nº. 28, de 31 de Julho de 2014.** Natal: Prefeitura Municiapal do Natal, 2014.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

_____. Educación ambiental y ecociudadanía: un proyecto ontogénico y político. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, Edição especial. XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 261-278, 2017.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Eds.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

TEIXEIRA, M. G.; VENTICINQUE, E. M. Fortalezas e fragilidades do Sistema de Unidades de Conservação Potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 113-126, 2014.

VALDIVIESO, J. C.; EAGLES, P. F.; GIL, J. C. Efficient management capacity evaluation of tourism in protected areas. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 58, n. 9, p. 1544-1561, 2015.

VALENTI, M. W. et al. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 267-288, 2012.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2022**. [s.l: s.n.].